

Dívida líquida chega a 55,2% do PIB

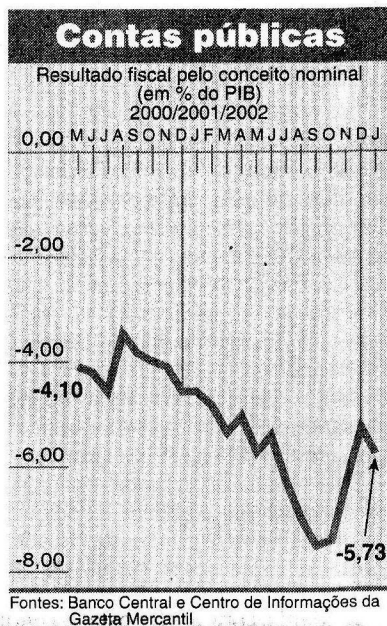
Ayr Aliski
de Brasília

A dívida líquida do setor público atingiu R\$ 685,286 bilhões em janeiro, representando 55,2% do Produto Interno Bruto (PIB). Um crescimento de R\$ 24,419 bilhões na comparação com o acumulado até dezembro, quando a dívida líquida era de R\$ 660,867 bilhões, ou 53,4% do PIB.

Os dados foram apresentados ontem pelo chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, que atribuiu o aumento da dívida a três fatores: a variação cambial, o gasto com o pagamento de juros e o reconhecimento de "esqueletos", ou seja, principalmente o aporte de mais de R\$ 8 bilhões que a Petrobras realizou junto à Petros, o fundo de pensão dos funcionários da empresa, exigindo a emissão de títulos públicos.

Os resultados de janeiro mostram que o déficit nominal (receitas menos despesas, incluindo gastos com juros) chegou a R\$ 2,646 bilhões no mês, ou 2,56% do PIB mensal, reflexo do superávit primário de R\$ 5,455 bilhões (5,28% do PIB) menos o pagamento de R\$ 8,101 bilhões de juros nominais. No mês, o financiamento externo respondeu por R\$ 1,443 bilhão na cobertura do déficit. No acumulado de 12 meses encerrado em janeiro, o déficit nominal chega a R\$ 43,641 bilhões, ou 3,52% do PIB.

Lopes acredita que, mantidas as



atuais tendências da economia, o déficit nominal em 2002 representará cerca de 3,6% do PIB. Em janeiro do ano passado, o déficit nominal foi de R\$ 3,627 bilhões, resultado de um superávit primário de R\$ 5,628 bilhões, mas com pagamento de juros atingindo a marca de R\$ 9,255 bilhões. Os dados do mês passado, comparados com os de igual período de 2001, mostram que não foram os juros sozinhos, que impactaram a dívida total. Segundo Altamir Lopes, o salto de R\$ 24,5 bilhões da dívida líquida envolve

os R\$ 8,1 bilhões de juros, R\$ 13,499 bilhões relativos à variação cambial (a depreciação do real frente ao dólar foi de 4,22% em janeiro) e também R\$ 8,5 bilhões referentes ao reconhecimento de "esqueletos".

No mês passado, R\$ 47 milhões foram incorporados pelo Tesouro devido à securitização de dívidas do Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS); R\$ 364 milhões de securitização de dívida agrícola, mas também R\$ 8,047 bilhões relativos à capitalização do fundo de pensão Petros, o que exigiu emissão de títulos públicos.

O caixa do governo, entretanto, foi reforçado no mês passado em R\$ 183 milhões, referentes à privatização do Banco do Estado do Amazonas (BEA), comprado pelo Bradesco. O total da dívida bruta chegou a R\$ 905,7 bilhões (ou 73% do PIB), contra os R\$ 885,3 bilhões (71,5% do PIB) registrados em dezembro de 2001.

Os dados apresentados pelo BC indicam que o governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central), sozinho, obteve um superávit primário de R\$ 7,061 bilhões no mês passado (embora o déficit primário da Previdência tenha chegado a R\$ 1,061 bilhão no mês, contra R\$ 640 milhões em igual período de 2001, reflexo do aumento do salário mínimo e da quantidade de benefícios pagos). O superávit primário do setor público

consolidado, entretanto, caiu para R\$ 5,455 bilhões depois de descontados os déficits primários das estatais federais, em R\$ 2,508 bilhões, e de estados e municípios, em mais R\$ 902 milhões. O resultado nominal chegou a déficit de R\$ 3,221 bilhões para as estatais (com pagamento de juros de R\$ 714 milhões). Para os governos regionais, o déficit nominal em janeiro foi de R\$ 1,243 bilhão, com pagamento de juros de R\$ 2,145 bilhões.

Ajustes na conta petróleo de R\$ 1,078 bilhão causaram forte impacto negativo no resultado primário das estatais (especificamente, envolvendo a Petrobras). Isso ocorreu porque em dezembro houve o resgate de Notas do Tesouro Nacional série H (NTN-H), que haviam sido lançadas justamente para lastrear a conta petróleo. A baixa desta operação, ou seja, o cancelamento dos títulos, somente ocorreu em dois de janeiro. As estatais também sofreram o impacto de R\$ 1,3 bilhão referente ao recolhimento de Imposto de Renda e mais R\$ 700 milhões de Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL).